



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. IX (2008)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Algumas considerações em torno da produção chinesa de exportação destinada aos mercados português e inglês

Maria João Pacheco Ferreira 

Como Citar | How to Cite

Ferreira, Maria João Pacheco. 2008. «Algumas considerações em torno da produção chinesa de exportação destinada aos mercados português e inglês». *Anais de História de Além-Mar* IX: 333-350. <https://doi.org/10.57759/aham2008.37372>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2008. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2008. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO TÊXTIL CHINESA DE EXPORTAÇÃO DESTINADA AOS MERCADOS PORTUGUÊS E INGLÊS

por

MARIA JOÃO PACHECO FERREIRA *

Introdução

Nos últimos anos concentrámos a nossa investigação no estudo da produção têxtil chinesa para exportação, mais concretamente, naquela realizada para o mercado português, entre os séculos XVI e XVIII¹. Neste contexto, e após a inventariação sistemática de espécimes ainda existentes em Portugal (em acervos patrimoniais públicos, eclesiásticos e privados), a que se seguiu a respectiva caracterização e análise, foi-nos finalmente possível enunciar o perfil desta manufactura que designamos sinoportuguesa.

Embora se encontre ainda bastante bem representada nas colecções artísticas nacionais (e até estrangeiras²) e revele uma extraordinária coerência técnico-material e plástico-iconográfica, ao nível dos programas decorativos identificados, esta produção e a conjuntura histórico-artística que lhe subjaz parecem ser se não desconhecidas, pelo menos, ignoradas pela maioria dos investigadores estrangeiros que se têm debruçado sobre os têxteis chineses realizados para a Europa. Com efeito, da diversa bibliografia publicada nos anos mais recentes acerca da manufactura têxtil chinesa que nos

* Investigadora do Centro de História de Além-Mar. Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto na qualidade de bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Investigação essa realizada no contexto da dissertação de mestrado: Maria João Pacheco FERREIRA, *As Alfaías Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2007.

² Como é o caso do Victoria & Albert Museum, em Londres, cf. Maria João Pacheco FERREIRA, «Os Têxteis Bordados Sinoportugueses no V & A Museum. Caracterização e análise de uma colecção», in *Revista de Cultura* (Ed. Internacional), Macau, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (no prelo).

foi possível consultar³, depressa sobressai a ideia de que só com o impulso de Inglaterra e do seu relacionamento comercial com o Império do Meio, encetado através da East India Company, é que este e outros países europeus puderam beneficiar da chegada prolífera dos artigos chineses esquecendo, assim, não só a presença portuguesa na China – consolidada desde meados do século XVI e mantida até 1999 – mas sobretudo o desempenho pioneiro que Portugal terá assumido, na era Moderna, na aquisição e distribuição de obras chinesas pelo Velho Continente, muito em concreto, das porcelanas e dos têxteis.

Face às constatações assinaladas, no presente texto intentamos uma abordagem paralela dos contextos histórico-culturais que marcaram o relacionamento artístico-comercial encetado por Portugal e Inglaterra com o Celeste Império, designadamente no que se refere aos artigos têxteis em seda, acabados e em bruto, que ambos ali adquiriram. Com esse objectivo e com base na investigação desenvolvida até ao presente elegemos três aspectos, a saber: o momento cronológico em que se verifica o início do contacto sistemático dos portugueses e dos ingleses com a seda chinesa; os tipos de produtos por si importados e respectivas características; e, não menos importante, a possível existência de oficinas especializadas na produção para exportação destinada a estes mercados.

Julgamos que os elementos apresentados podem contribuir para o melhor esclarecimento do protagonismo de Portugal na aquisição deste tipo de mercadoria entre as centúrias de Quinhentos e de Setecentos, assim como da especificidade da produção sinoportuguesa, relativamente a realizações também originárias da China mas destinadas a outros mercados europeus, como é o caso do inglês, uma vez reconhecidas algumas diferenças no que respeita às opções transaccionadas pelas duas nações.

1. O contacto dos portugueses e dos ingleses com a seda chinesa

Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama (1469-1524) e a fixação dos portugueses na costa do Malabar desde 1498, o empreendimento dos Descobrimentos Portugueses na Ásia viria a revelar-se, como refere Jorge Borges de Macedo, um extraordinário feito náutico, técnico e económico⁴. A conquista progressiva da costa do Índico, de Poente para Oriente culminando com a tomada de Malaca em 1511, lança Portugal na criação de um Oriente Português, o qual permanece sob a sua

³ Designadamente: Craig CLUNAS (dir. de), *Chinese Export Art and Design*, Londres, Victoria & Albert Museum, 1987; Shelag VAINKER, *Chinese Silk. A Cultural history*, Londres, The British Museum Press, 2004; Verity WILSON, *Chinese Textiles*, Londres, Victoria & Albert Museum, 2005.

⁴ Jorge Borges de MACEDO, *A Rota do Oriente*, in Maria Antónia Pinto MATOS e Miguel SOROMENHO (coord. de), *De Goa A Lisboa. A Arte Indo-Portuguesa dos Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura-Instituto Português de Museus, 1992, p. 20.

tutela, praticamente durante todo o século XVI, quer do ponto de vista estratégico-militar quer economicamente, ao participar e determinar novas regras de comercialização e distribuição na área, designadamente, dos produtos chineses que, por todo o lado, circulavam.

Desde o início do século XVI que Portugal, ciente da relevância da China enquanto um dos mais importantes e menos explorados mercados asiáticos⁵, desencadeou esforços no sentido de uma eficaz aproximação ao Império do Meio, os quais viriam a culminar com a realização de uma primeira viagem de lusos ao Celeste Império, entre Julho e Agosto de 1513, sob comando de Jorge Álvares (m. 1521). Contanto que o reconhecimento oficial das relações de Portugal com a China pela corte imperial daquele país apenas date de 1554, o contacto directo, e de forma quase exclusiva, dos portugueses com aquela nação e os seus produtos torna-se uma realidade, sendo que o estabelecimento de um entreposto comercial em Macau, por volta de 1557⁶, concorre para que tal se verifique de forma mais consolidada.

A seda, um produto leve e dispendioso, tornava-se assim, numa das mais importantes matérias a transaccionar na Ásia oriental. Como assinala Yuko Tanaka, se podia haver países asiáticos cujas populações não necessitavam de pimenta ou chá, o mesmo não se verificava com os têxteis, não só indispensáveis ao seu quotidiano mas considerados entre os mais valiosos bens de que podiam dispor⁷, em particular, quando realizados em matérias nobres e de conceituadíssimo estatuto, como eram a seda e os suportes têxteis de proveniência chinesa.

Este comércio revelava-se de tal forma apelativo que depressa atraiu outras nações europeias, também elas ávidas pelo domínio territorial e comercial em causa. Foi o caso da Grã-Bretanha que, a partir de 1609, através da sua Companhia das Índias Orientais criada em 1600 (à semelhança dos holandeses, promotores em 1602, da Companhia Holandesa das Índias Orientais), conseguiu marcar presença naquela região, ainda que de forma bem mais circunscrita que Portugal⁸; não só não dispunha de um entreposto fixo como depois de 1753, o seu espaço de acção ficou confinado a Cantão, o único porto do Sul da China autorizado aos negócios ultramarinos⁹.

⁵ Cf. Rui Manuel LOUREIRO, *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 159.

⁶ Sobre o reconhecimento oficial da presença portuguesa na China veja-se: Jin Guo PING e Wu ZHILIANG, *Para uma Nova Abordagem da História de Macau*, Macau, Instituto Português do Oriente, 2007.

⁷ Yuko TANAKA, «A Comparative Study of Textile Production and Trading from the Beginning of the 16th Century to the End of the 19th Century», in www.lian.com/TANAKA/englishpapers/context.htm (visionado em 2005).

⁸ Sobre a presença inglesa em Macau e Cantão vide os artigos de Rogério Miguel PUGA, «As Primeiras Viagens Inglesas a Macau (1635-1699)», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. 6, 2005, pp. 159-214 e «Macau e o China Trade: O estabelecimento regular da East India Company na China», in *DAXIYANGGUO: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, n.º 8, 2.º semestre, 2005, pp. 127-154.

⁹ Shelag VAINKER, *op. cit.*, p. 192.

Neste contexto, não será, portanto, de admirar que se conheçam notícias acerca da chegada e consumo de seda e peças têxteis chinesas a Portugal, desde o início de Quinhentos, como se infere do inventário do guarda-roupa do rei D. Manuel (1469-1521), datado de 1521, do qual consta a referência a *huñs espasamentos doratoreo de brocado da China*¹⁰. Refira-se que se num primeiro momento este e outros informes se podem constituir ou interpretar como casos mais ou menos isolados, os mesmos depressa se adensam com o progredir do tempo, sobretudo na segunda metade do século XVI – como demonstram algumas notícias que tivemos oportunidade de recolher¹¹ e que mais adiante se referem – a partir do momento em que os portugueses se fixam em Macau.

Com efeito, e no que reporta à chegada da seda chinesa em bruto, é certo que o sirgo, branco e de cores variadas, integrou, desde o primeiro momento, a carga das naus vindas da Índia para Portugal. Na sua obra, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vitorino Magalhães Godinho sistematiza alguns elementos a respeito da importação de seda em bruto, ao referir que, logo em 1514, a frota «trouxe 3 quintais, 1 arroba e 27 arrateis, mais dois fardos de seda crua; e nas duas naus vindas mais cedo no mesmo ano a seda representava 54 quintais. Em 1517 a quantidade deste tecido foi de 22 ½ quintais, e no ano seguinte, a seda da China fazia parte da carga embarcada em Cochim. Foram 160 quintais que Lisboa recebeu em 1519»¹².

Presumimos que a quantidade de fio de seda comercializado tenha aumentado de forma substancial e contínua nos anos seguintes já que, em 1585, Juan Gonzalez de Mendoza (1540-1617) assinala «*que salen de la ciudad de Canton, para la India de Portugal cada año, mas de tres mil quintales (...)*»¹³. Mesmo que o número adiantado pelo castelhano possa ser considerado exagerado, este não o seria tanto assim, se levarmos em conta o discurso de Rui Lourido, quando a respeito da circulação da seda não trabalhada, de Macau para Goa e desta para Lisboa (a principal mercadoria a ser transportada), nos informa que «Entre 1580 a 1590 foram levados três milhares de picos (cerca de 180 toneladas) de seda não trabalhada em cada ano»¹⁴. Note-se que, para este acentuado incremento, terão certamente contribuído

¹⁰ Anselmo Braamcamp FREIRE, «Inventário do Guarda-roupa de D. Manuel», in *Archivo Histórico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904, p. 388.

¹¹ Maria João Pacheco FERREIRA, «Notícias da Seda. Referências à seda chinesa na documentação impressa dos séculos XVI a XVIII e seu impacto na sociedade europeia», in *Revista de Cultura* (Ed. Internacional), Macau, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, n.º 16, 2006, pp. 119-139.

¹² Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 78.

¹³ Juan Gonzalez de MENDONZA, *Itinerario y Compendio de las Cosas Notables que ay desde España hasta el Reyno de la China à España volviendo por la India Oriental*, 1585, fl. 84v.

¹⁴ Rui d'Ávila LOURIDO, *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das origens a 1640*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, pp. 22-23 (texto policopiado).

as posteriores exportações desta matéria-prima para outras nações europeias, concretamente, Espanha, sendo que nos dá disso testemunho Vitorino Magalhães Godinho, ao mencionar o caso de um espanhol, Gomez de Santa Ofemea que «contratou com a Casa da Índia a compra de 600 quintais de pimenta e de toda a seda então lá existente, que recebeu em Março de 1520»¹⁵.

O mesmo não se reconhece, porém, acerca da exportação de seda e peças têxteis neste material para o mercado inglês já que embora esta se intensifique por volta de 1631¹⁶ – altura em que é autorizada a importação, ainda que de forma indirecta¹⁷, de certos artigos como as sedas, tafetás e tapetes bordados da China¹⁸ – apenas parece conhecer um maior volume a partir do século XVIII, com a regularização do comércio da *East India Company* no delta do Rio das Pérolas em 1700. Constituem evidente excepção a este panorama, algumas situações pontuais verificadas anteriormente a esta data, como a aquisição, por meio de pirataria, de navios carregados com mercadoria têxtil chinesa: foi o que se verificou em 1587 quando «fué tomada por el corsario inglés Thomas de Escander¹⁹, junto a la California, la nao «Santa Ana», que iba de Filipinas a la Nueva España, con gran cantidad de oro y mercaderías. (...) Robó el inglés y cargo su nao, de la seda floja y tejida, dajando la mantería de algodón; y hechando en tierra a los que iban en la «Santa Ana», le pegó fuego, y él se hizo a la mar llegando a Londres con todas las velas, banderas, galhardetes, y flámulas, hechas con los tejidos de la China que había robado a la nao española»²⁰.

No século XVIII, a seda, juntamente com o chá e a porcelana, constituíam-se como os principais artigos de luxo a serem transaccionados pela *East India Company*, de Cantão para Inglaterra e, no caso desta fibra, mais do que bens consigo manufacturados, preferia-se antes esta matéria em bruto, em particular aquela mais branca e suficientemente nervosa proveniente de Nankin, difícil de igualar na Europa²¹. Tanto assim, que entre 1709 e 1760

¹⁵ Vitorino Magalhães GODINHO, *op. cit.*, p. 202.

¹⁶ Lanto SYNGE, *Art of Embroidery – History of style and technique*, Woolbridge, Antique Collectors' Book, 2001, p. 306.

¹⁷ Sobre este assunto importa referir que só depois de assinada a Convenção de Goa é que os barcos da Companhia inglesa navegam com sucesso para a China, nomeadamente para Macau onde ali chega a primeira embarcação em 1635. Sobre este assunto veja-se: Rogério PUGA, «A Convenção de Goa (1635) e a primeira viagem (luso-)inglesa a Macau», in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 14, 2005, pp. 71-108.

¹⁸ A. D. Howell SMITH, «Recent Acquisitions for Public Collections – VIII. Eastern Embroideries for the Western Market – The Victoria and Albert Museum», in *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, vol. 34, n.º 191, Fevereiro 1919, pp. 56.

¹⁹ Thomas Candish ou Cavendish (1555-1592).

²⁰ ARQUIVO GENERAL DE INDIAS, 67-6-18 *apud* Pedro TORRES Y LANZAS, *Catálogo de los Documentos relativos a las Islas filipinas existentes en el Archivo de Indias en Sevilla* e P. Pablo PASTELLS, S.J., *Historia General de Filipinas*, tomo II (1573-1587), Barcelona, Compañía General de tabacos de Filipinas, 1926, p. CCC.

²¹ Louis DERMIGNY, *La Chine et l'Occident: Le commerce a Canton au XVIII^e siècle 1719-1833*, vol. 2, Paris, École Pratique des Hautes Études - Centre de Recherches Historiques, 1964, p. 583.

– um período coincidente com o aumento da moda e gosto pelo tecidos exóticos importados – o volume das peças têxteis propriamente ditas nunca ultrapassou os 5% do total do valor das importações de produtos chineses²², sendo aqui de notar que a sua entrada no país se devia basicamente ao comércio privado²³. E sobre as quantidades que então circulavam, Shelagh Vainker declara que, só em 1750, quase setenta mil quilos de seda em bruto foram importados para a Europa e, que destes, dois terços se destinaram a Inglaterra, enquanto a remanescente foi distribuída, de forma equitativa, por França e Holanda²⁴.

O facto de a Inglaterra importar muita seda em bruto justificava-se à luz de uma intensa indústria têxtil que, muito embora contribuísse, desde a medievalidade, para a prosperidade britânica, não dispunha desta matéria-prima *in loco*. A dificuldade em implementar a sericultura naquele país – apenas seriamente ensaiada depois de Jaime I (1566-1625) ascender ao poder em 1603 e do grande influxo de refugiados huguenotes para aquele país pela mesma altura²⁵ – e nalgumas regiões das suas colónias, como a Georgia e a Carolina do Sul, obrigavam à sua aquisição no exterior, de forma a suprimir as necessidades das grandes companhias, como era o caso de Spitafields e da sua famosa produção das denominadas sedas floridas (*flowered silks* ou *flowered branch*). O cultivo da seda usada em Inglaterra processava-se em diferentes países e esta era utilizada com variados fins, em função das respectivas propriedades: por exemplo, a seda de Bengala de menor qualidade podia ser usada na tecelagem de lenços impressos; a seda para a trama chegava da Pérsia via Turquia e, provavelmente, Sicília, enquanto a seda usada nas teias, necessariamente mais forte e resistente, provinha da região italiana do Piemonte e da China²⁶.

2. Caracterização da produção adquirida pelos portugueses e ingleses

Acerca das peças têxteis tecidas, bordadas ou pintadas que eram importadas para Inglaterra e que perfaziam, nos melhores anos, um volume quase residual de cerca de 5% do total de mercadoria transaccionada no decurso de Setecentos, ao que tudo aponta, estas correspondiam, em termos tipológicos, sobretudo a paramentos de cama e ao que Shelagh Vainker denomina «covers» – isto é, coberturas, sejam elas colchas, destinadas às camas, panos de armar, para revestimento parietal, cortinas para as janelas ou ainda suportes para os espaldares de cadeiras e cadeirões – a que acresciam peças de

²² Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (coord. de), *op. cit.*, p. 22.

²³ Verity WILSON, *op. cit.*, p. 22; Shelagh VAINKER, *op. cit.*, p. 195.

²⁴ Shelagh VAINKER, *op. cit.*, p. 192.

²⁵ Philippa SCOTT, *The Book of Silk*, 2.^a ed., Londres, Thames & Hudson, 2001, p. 205.

²⁶ Nathalie ROTHSTEIN, *Silk Designs of the Eighteenth Century*, Londres, Victoria & Albert Museum-Bulfinch Press Book, 1990, p. 18; Philippa SCOTT, *op. cit.*, p. 207.

vestuário e peças de tecido a metro. Dos primeiros subsistem ainda alguns conjuntos completos e *in situ*: é o caso de um paramento de cama datável de cerca de 1710 e existente em Calke Abbey, em Derbyshire, oferecido pela princesa Anna a Carolina Manners, filha de John Manners, 2.º duque de Rutland (1676-1721), por ocasião do seu casamento com Henry Harpur (1739-1789) em Setembro de 1734; de um outro paramento que permanece em Erdigg, nas proximidades de Wrexham em Wales, adquirido em 1720 e ainda de outro, pertencente a Houghton Hall, em Norfolk, oferecido por Jorge II (1683-1760) ao seu afilhado, por altura do seu baptizado, em 1730²⁷. Compostos por vários adereços, tratam-se de conjuntos verdadeiramente aparatosos²⁸, cujas características funcionais e ornamentais patenteadas as aproximam daquelas produzidas e usadas no quadro das tradições chinesas, na qual a cama, à semelhança do que se verificava na Europa pela mesma altura, desempenhava um importante papel, não só de noite mas também de dia²⁹.

Relativamente ao tipo de mercadoria têxtil chinesa introduzida em Portugal, à seda em fio, importada desde o início do relacionamento luso-chinês, acrescia (cremos que, sobretudo, a partir do momento em que este se consolidou) outro género de artigos realizados neste material, tais como suportes tecidos e bordados e peças acabadas. Em ambos os casos, os espécimes podiam apresentar-se como tipicamente chineses – os quais podiam ou não ser adaptados por artífices especializados a outros desempenhos, em concreto, aqueles de natureza religiosa – ou já em sintonia com os parâmetros estéticos e iconográficos europeus. É pelo menos nesse sentido que nos apontam algumas informações coevas divulgadas por religiosos, como o dominicano Frei Gaspar da Cruz (c. 1520-1570) ou o inaciano Luís Fróis (1532-1597): no *Tratado* do primeiro, datado de 1569, deparamo-nos com uma notícia inequívoca e paradigmática acerca da utilização de emblemas hierárquicos imperiais chineses enquanto ornamentos litúrgicos nas igrejas portuguesas, ao observar que *os cinco Grãdes cõ seus assistêtes trazẽ todos por divisa del Rei nos peitos e nas costas, que sam huas serpetes tecidas de fio de ouro, das quaes hã vindo muitas a Portugal, que se dã pera servirẽ nalgus ornametos das igrejas*³⁰. Já através de uma das cartas ânuas enviadas por Fróis em

²⁷ Muito embora os exemplos assinalados sejam bordados, outros subsistem realizados com tecidos chineses, como é o caso da cama de estado de Melville House, (Escócia) constante da colecção do Victoria & Albert Museum: provavelmente encomendada em 1697 e montada por volta de 1700 a cama é feita a partir de damasco cor de marfim chinês e de veludo carmesim genovês.

²⁸ Sobre estas estruturas de aparato consulte-se: Geoffrey BEARD, *Upholsterers & Interior Furnishing in England 1530-1840*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1997.

²⁹ Lanto SYNGE, *op. cit.*, p. 300.

³⁰ Cf. Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado em que se cõtam muito por est so as cousas da China cõ suas particularidades, assi do reino d'Ormuz, cõposto por el. R. padre frei Gaspar da Cruz da ord de sam Domingos*, (ed. de Rafaella D'intino), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 210 (1.ª ed. 1569).

1561, aquando da sua estada em Goa, somos informados da chegada à capital do Estado da Índia de peças chinesas com diversificada temática cristã, de que nos permitimos destacar «*hum a imagem de Nossa Senhora muito gloriosa posta em hum campo douro rodeada de serafins com huns çeos e nuvens por cyma que tem ho mynino Jesus pellas mãos em pee posto sobre o globo do mundo*»³¹. Estas chegavam, aparentemente, com tal abundância, «*que quasi cada yrmão tem hum pellos cubicullos. (...)*»³².

Outras vias nos corroboram a questão da circulação e consumo de têxteis chineses, nas suas múltiplas vertentes, pelo antigo espaço lusófono em pleno século XVI e da sua chegada e inclusão nos acervos patrimoniais portugueses. Os inventários coligidos a partir dos bens pertencentes a espólios eclesiásticos e de privados, e o considerável número de exemplares que ainda hoje subsiste entre nós³³, pese embora as fragilidades que os caracterizam (particularmente sensíveis à humidade, luz, ao uso e às modas) confirmam-nos, numa dimensão física e palpável, as notícias compulsadas.

Partindo da documentação consultada e da análise do próprio espólio estudado reconhecem-se, entre nós, basicamente as mesmas tipologias morfológico-funcionais que chegaram a Inglaterra, isto é, peças destinadas ao recheio e decoração de espaços públicos e privados residenciais. A estes adereços direccionados para a comunidade civil acresce, todavia, no caso português, uma outra vertente de peças consignadas ao cumprimento de uma função litúrgica no âmbito do catolicismo, e cuja representatividade, entre vestes e roupas usadas no enobrecimento do espaço religioso, merece ser notada.

Uma vez identificado o tipo de espólio que parece ter caracterizado a maior parte da produção têxtil chinesa que chegava aos mercados português e inglês cumpre-nos, no entanto, assinalar alguns aspectos: desde logo, o risco em que a nossa leitura incorre caso se apoie exclusivamente na análise do património ainda subsistente, não só devido à proveniência das peças que caracterizam muitos dos acervos, designadamente, daqueles de âmbito museológico, mas também à própria história, muitas das vezes, responsável pelo desaparecimento ou autonomização de obras, determinando assim realidades parcelares e erróneas: por exemplo, se bem que tenhamos notícia da vinda e uso de vários paramentos de cama em Portugal – de que é exemplo «*Hua cama bordada da China de tres cortinas, docel e rodapé*» que *Luis*

³¹ BIBLIOTECA DA AJUDA, *Excerto de uma carta do padre Luís Fróis a um irmão da Companhia. Goa, 1561*, 49-IV-50, fl. 400r (transcrição nossa), publ. por António da Silva REGO, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. VIII, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 483.

³² *Idem*, p. 484.

³³ Note-se o número de exemplares que tivemos oportunidade de inventariar e estudar: Maria João Pacheco FERREIRA, *As Alfaías Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2007.

José de Vasconcellos possuía em 1709³⁴ – não conhecemos nenhum que tenha sobrevivido às vicissitudes do tempo, enquanto conjunto, talvez devido à sua vulgaridade entre nós ou ao seu posterior desmembramento e reutilização noutros contextos.

Não obstante esta cautela, é para nós óbvio o quanto as respectivas conjunturas histórico-político-religiosas marcaram as opções tipológicas comerciadas, como se pode concluir face à inexistência de peças de foro religioso católico em Inglaterra – ao abrigo da sua abolição naquele país no tempo de Henrique VIII (1491-1547), em contraposição a Portugal, plenamente envolvido na promoção deste culto dentro e além-fronteiras.

Já numa perspectiva de abordagem e caracterização técnico-material, importa referir que o bordado e a pintura se constituíam como os principais métodos usados na decoração da produção têxtil chinesa destinada à exportação (principalmente nos séculos XVIII e XIX), em detrimento da tecelagem, face à sua maior complexidade tecnológica³⁵.

Curiosamente, e a afiançar nos levantamentos realizados, constatamos que os espécimes pintados que chegavam a Inglaterra no século XVIII seriam mais diversificados e abundantes do que aqueles que seguiam para Portugal. É disso testemunho, a colecção de suportes têxteis pintados existentes no Victoria & Albert Museum³⁶, na qual se incluem várias peças de tecido pintado ainda por usar, presumivelmente destinados a vestuário e à decoração de interiores (as suas principais finalidades). Realizados em tafetá ou cetim, normalmente muito leves e de cores claras, como o amarelo e o creme, a sua sobrevivência e/ou inexistência (em função do caso inglês e português) poder-se-á ter ficado a dever a alguns factores, como sejam: a falta de relação entre as suas dimensões (em termos de comprimento e largura) e as quantidades necessárias ao corte e montagem das próprias peças; a pouca durabilidade ou resistência da sua componente decorativa; o desfasamento cronológico entre a encomenda e a recepção de material face à morosidade das viagens, fazendo com que o mesmo se apresentasse desajustado relativamente à moda de então e para o qual contribuíu, de certo, a sua aquisição por homens, porventura, pouco sensíveis às tendências estilísticas que se iam impondo³⁷.

Ao que tudo indica, esta produção não parece descender de forma directa da secular tradição chinesa de pintar sobre seda, entretanto, em

³⁴ *Memória de Algumas Pessas assim Movei, Ouro e Prata pertencentes a Luis José de Vasconcellos*, Elvas, 1709, publ. in António Tomás PIRES, *Materiais para a História da Vida Urbana Portuguesa – A Mobília, O Vestuário e a Sumptuosidade nos Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, inéditos, 1899, p. 78.

³⁵ Verity WILSON, «China», in Jennifer HARRIS (coord. de), *5000 years of Textiles*, Londres, British Museum Press, 1999, p. 141.

³⁶ Vide Verity WILSON, «Chinese Painted Silks for Export in the Victoria and Albert Museum», in *Chinese and Central Asian Textiles. Selected articles from Orientations 1983-1997*, Hong Kong, Orientations Magazine Ltd, 1998, pp. 20-25.

³⁷ Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 26.

declínio, no decurso do século XVIII, e gradualmente preterida em benefício da pintura sobre papel, de que subsiste uma ainda maior quantidade de espécimes em Inglaterra e até em Portugal, sobretudo datáveis do século XIX, como se reconhece no revestimento parietal que anima uma das salas de um palácio setecentista localizado na Ameixoeira, nos arredores de Lisboa³⁸.

Ainda na colecção de têxteis pintados do mesmo museu inglês merece atenção um paramento, de cerca de 1780 – composto de casula, estola, manípulo, véu de cálice e bolsa de corporais (T89, 90, 91, 92, 93 – 1923) – muito provavelmente destinado às comunidades católicas das Américas espanholas³⁹. Trata-se, na nossa opinião, de um conjunto de referência, não só porque permanece bastante completo mas também porque se constitui como um dos poucos exemplares, ainda subsistente, de vestuário religioso pintado, proveniente da China⁴⁰.

Em contrapartida, e como atrás tivemos ocasião de fazer notar, o conjunto de peças bordadas a fio de papel laminado dourado⁴¹ e seda inventariadas até ao momento, só em Portugal, sugere a clara prevalência desta modalidade técnica entre o espólio localizado no nosso país, em detrimento da pintura, de que se conhecem muitíssimo poucos exemplares, sejam eles destinados a funções religiosas ou civis – como é o caso de uma colcha pintada existente no Museu Nacional de Arte Antiga datável do século XVIII (n.º Inv. 2135) ou de quatro painéis murais sobre seda que embora conservados em colecções austríacas no seguimento da sua oferta por Felipe II, são de proveniência portuguesa⁴². Desconhecemos, no entanto, o que terá motivado esta aparente preferência: se as próprias opções que elencaram as estratégias decorativas dos espaços públicos e privados portugueses ao longo da Idade Moderna, aliadas a questões de gosto nacional; se uma maior acessibilidade aos respectivos centros de fabrico, corroboradas pelos preços praticados; se pelo simples facto dos lusitanos se terem habituado a adquirir e a desfrutar de peças bordadas, já que a manufactura das sedas pintadas

³⁸ Cristina CORDEIRO (dir. de), *Casas com Passado*, vol. I, Amadora, Edições Casa Claudia, 1998, pp. 82-83.

³⁹ Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 28.

⁴⁰ Outros exemplares contemporâneos podem ainda ser encontrados nalgumas missões da Califórnia, designadamente, na Missão do Arcanjo São Gabriel e na de São Luís, Rei de França – cf. Aileen Ryan EARNES, «Trade and Commerce on the Pacific Coast in the 18th Century: A look at some chinese silks of the mission period», in Patricia L. FISKE (ed. de), *Imported and Domestic Textiles in 18th Century America – Proceedings*, Washington, The Textile Museum, 1975, pp. 11-19.

⁴¹ Sobre o fio laminado de papel dourado característico da produção têxtil chinesa veja-se: Maria João Pacheco FERREIRA, ««Hilado por modo jamas visto en la Christandad». O fio de ouro chinês aos olhos dos europeus (séculos XVI a XVIII) in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Porto, Universidade do Porto, 2008, n.º 5-6, 2007-2008 (no prelo).

⁴² Dois deles localizados no lugar primitivo (um armário) no castelo de Ambras (Innsbruck) e os outros dois conservados no Museu de História de Arte de Viena; cf. Rafael MOREIRA, «As Formas Artísticas», in A. H. de Oliveira MARQUES (dir. de), *História dos Portugueses no Extremo Oriente – De Macau à Periferia*, 1.º vol., tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, p. 474.

para o mercado europeu apenas terá tido início a partir da segunda metade do século XVII⁴³.

Naturalmente que o reconhecimento desta aparente bipolaridade de tendências na produção têxtil chinesa de exportação para os mercados português e inglês não obsta a que se possam identificar exemplares bordados em Inglaterra, uns de feição chinesa e outros especificamente realizados para a nação britânica. Assim o exemplificam os paramentos de cama atrás assinalados ou um fragmento de uma cortina de cama em cetim de seda amarelo bordado existente no Victoria & Albert Museum, em Londres (T. 113 – 1916), decorado ao centro, com o emblema heráldico do primeiro duque de Chandos e da sua mulher, Cassandra Willoughby. Datável de entre 1719 e 1735, anos em que foi concedido o título a James Brydges (1673-1744) e faleceu a sua esposa (a segunda das três com quem casou)⁴⁴, respectivamente, o mesmo emblema apresenta-se inscrito numa cartela em veludo preto aplicado⁴⁵, a qual se sobrepõe à composição bordada que anima o tecido suporte, composta por vasos com ramos de flores sortidas, dois deles dispostos nos extremos do eixo longitudinal, em simetria.

3. A existência de oficinas especializadas na produção para exportação

No que respeita à questão da possível existência de oficinas especializadas na produção bordada para os dois mercados que temos vindo a analisar, Verity Wilson observa que, face ao relativamente reduzido volume de peças têxteis acabadas que no século XVIII circulavam, lhe parece pouco provável a existência de oficinas de bordado especificamente direccionadas para a produção de objectos destinados a consumidores ocidentais⁴⁶. Questionamo-nos se esta observação se reporta à manufactura têxtil para o mercado europeu, em geral, ou apenas àquela destinada à nação inglesa, uma vez que não nos parece ter sido o que se verificou para Portugal, logo a partir do século XVI, como de seguida se exporá.

Face ao hiato temporal e às diferenças que separam o tipo de relacionamento de Portugal e Inglaterra com a China, afigura-se-nos lógico que os primeiros tenham conseguido implementar, desde muito cedo, um comércio

⁴³ Adolf REICHWEIN, *China and Europe: Intellectual and artistic contracts in the 18th century*, Londres, Routledge & Kegan Paul, Ltd., 1968, p. 38 *apud* Aileen Ryan EARNES, *op. cit.*, p. 12.

⁴⁴ A. D. Howell SMITH, *op. cit.*, pp. 56-59.

⁴⁵ Segundo Verity Wilson, trata-se de um veludo europeu que terá sido acrescentado posteriormente à sua chegada à residência ducal em Cannons, no norte de Londres; cf. Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 26. Embora não tenhamos tido oportunidade de observar directamente a peça, não compreendemos porque assim terá sido, visto apresentar contorno acentuado pela aplicação de cordãozinho de seda de dupla torção, tão característico das soluções que temos tido oportunidade de observar em peças bordadas pelos chineses, pelo menos, para o mercado português.

⁴⁶ *Idem*, p. 26.

não só regular mas sobretudo para si direccionado. Como já vários autores tiveram ocasião de assinalar, era algo que interessava a ambas as partes, a tal ponto que, trinta anos depois dos portugueses terem recorrido ao uso da força aquando da sua tentativa de fixação no terreno (a qual se traduziu na sua consequente expulsão da região de Cantão em 1522) haviam, entretanto, «adoptado uma política diferente para a China, uma política de suborno e conciliação, se não mesmo de subserviência»⁴⁷. Do mesmo modo, e como observa Tien-Tsê Chang, «se bem que o monopólio português do comércio entre Cantão e os outros países não fosse uma política comercial deliberada por parte da China, este país estava disposto a permitir que esta situação seguisse o seu curso natural, e até a favorecia, porque funcionava bem»⁴⁸.

É neste contexto que podemos compreender o testemunho do já citado inaciano Luís Fróis que não só nos informa da chegada ao colégio de Goa, ao que depreendemos, de grandes quantidades de alfaia litúrgicas com temática cristã, pelos anos 60 de Quinhentos, como acrescenta o motivo para o início da sua manufactura na China, ao escrever: «*Huma cousa lhe direy dos chinas muito gracyosa contarão-lhe la os portugueses as proçissões que qua fazião em Goa e a maneyra de nosso cullto divino e ymagens elles como são homens abilissymos determinarão, de não perder a ocasião de ganharem que he quasi seu ulltimo fim pretenderão em tudo seu enteresse*»⁴⁹.

Afinadas as estratégias de coabitação e acautelados os respectivos interesses, parece-nos óbvio o empenho dos chineses na manufactura de têxteis para os portugueses, desde o primeiro momento. Afinal, a possibilidade de um negócio altamente profícuo para ambas as partes, a par da necessidade que os chineses acusavam de intermediários que escoassem a respectiva produção interna, designadamente, a seda, em troca de outras matérias, como a prata, aliados à exímia capacidade que aqueles revelavam na imitação de tudo o que os ocidentais lhes levavam – como o padre Álvaro Semedo nota, em 1637, ao observar que «*A gente he habil de mão e posto que de pouca invenção, imita excelentemente, tudo o que se encontra inventado*»⁵⁰ – conjugavam-se para que os chineses se envolvessem numa indústria vocacionada para o exterior, em concreto, para os lusos⁵¹.

A existência destas oficinas de têxteis vocacionados para os portugueses parece-nos ainda mais plausível se recordarmos o número de peças por nós

⁴⁷ Tien-Tsê CHANG, *O Comércio Sinoportuguês entre 1514 e 1644. Uma síntese de fontes portuguesas e chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997, p. 120 (1.ª ed. 1934).

⁴⁸ *Idem*, p. 141.

⁴⁹ BIBLIOTECA DA AJUDA, *Excerto de uma carta do padre Luís Fróis a um irmão da Companhia*. Goa (...), fl. 400r.

⁵⁰ Álvaro SEMEDO S.J., *Relação da Grande Monarquia da China*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude-Fundação Macau, 1994, p. 36 (1.ª ed. 1637).

⁵¹ Esta observação reporta-se à comercialização dos chineses com representantes de nações europeias. Cumpre-nos naturalmente lembrar que antes da chegada dos portugueses já os chineses adaptavam parte da sua produção ao gosto das comunidades adjacentes com quem comerciavam.

identificadas (basicamente alfaias litúrgicas) – mais de 150 exemplares – e das características por si exibidas, bem evidenciadoras de uma extraordinária coerência técnico-material e iconográfica, patente nos programas decorativos sistematicamente identificados⁵². Pensamos que estes aspectos apenas se podem justificar à luz de uma produção minimamente programada, em termos de manufactura e de escoamento, tanto mais se atendermos à prevalência de uma clara matriz estética e funcional europeia, a qual obrigava não só ao recurso a modelos para a sua concretização mas também a destinatários consigo sintonizados⁵³.

Naturalmente que neste processo se reconhece algum espaço de manobra por parte de quem executa e de quem adquire. Afinal, contanto que nos pareça lógico que os portugueses facultem as coordenadas a seguir, no que respeita aos assuntos e morfologias funcionais a adoptar – muito provavelmente, através de gravuras, de desenhos, de peças com representações análogas ou, simplesmente, de indicações orais – as mesmas não seriam, decerto, prolíferas em termos quantitativos ou de detalhes, que lhes permitisse a criação de verdadeiros álbuns com diferentes opções para o mesmo motivo ou composição, como a abordagem de certos temas representados nas peças nos parece indiciar; a não ser, claro, que se tratassem de oficinas já de considerável dimensão laboral que, vocacionadas para a produção em massa, destinada à exportação para o Ocidente (Europa e América Latina), asseguravam não apenas a manufactura dos espécimes mas ainda a sua concepção ao abrigo de umas quantas variáveis, consentâneas com o gosto e desejo dos compradores: do ponto de vista imagético e plástico, estas podiam oscilar entre a reprodução, dir-se-ia mimética dos modelos usados, – que, nalgumas situações, nos permite o reconhecimento dos arquétipos tomados como referência⁵⁴ – e um trabalho de apropriação e sinização das formas, passando pela utilização dos seus próprios formulários em peças que, em termos morfológico-funcionais, nada lhes dizia. Do mesmo modo, conseguiam ser suficientemente engenhosos para adaptar o tradicional programa técnico-material, à tarefa designada e adaptarem-se, eles próprios, a novos procedimentos.

A diversidade de abordagens assinaladas adequar-se-ia ao tipo de encomendas e de destinatários subjacente, pelo que, a par das encomendas realizadas a partir de directrizes muito concretas, em termos de programas morfológicos e plásticos, que sabemos terem existido – como atestam algu-

⁵² Sobre esta questão *vide* Parte III. Os têxteis bordados sinoportugueses. Caracterização e análise da obra de Maria João Pacheco FERREIRA, *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2007.

⁵³ Como se reconhece no caso das alfaias litúrgicas: Maria João Pacheco FERREIRA, «A Presença da Temática Religiosa Cristã no Seio dos Paramentos Bordados Sinoportugueses», in *Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, n.º 7, Dezembro de 2003, pp. 22-39.

⁵⁴ Sobre esta questão *vide* os exemplos analisados no nosso artigo: «Ganimedes e a Fortuna. Exemplos de Temáticas Mitológicas Clássicas em Peças Têxteis Bordadas Sinoportuguesas», in *Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, n.º 12, Agosto de 2005, pp. 90-114.

mas obras sobreviventes, animadas por escudos de armas de famílias ou de irmandades portuguesas -, outras houve muito menos detalhadas, que apenas solicitavam têxteis provenientes da China, ao abrigo de um gosto crescente por bens exóticos orientais, requintados e, como assinala Rafael Moreira, conferidores de *status*⁵⁵.

Finalmente, a corroborar a nossa ideia da existência de oficinas especializadas na produção bordada sinoportuguesa concorre ainda o facto de, segundo Verity Wilson, terem existido, desde o século XVI, oficinas chinesas de tecelagem a produzir têxteis com decoração de inegável origem europeia⁵⁶. Se, ao que tudo indica, a ornamentação têxtil por meio da técnica de tecelagem foi a menos utilizada no âmbito da manufatura para exportação para o mercado europeu, e ainda assim mereceu o investimento dos chineses na realização de artigos para o exterior, parece-nos então plausível que o mesmo se tenha verificado com a produção bordada – na qual os chineses são, ainda hoje, considerados uma referência incontornável em termos de habilidade e qualidade de execução –, muito concretamente com aquela direccionada para os portugueses, os únicos europeus, à época, oficialmente autorizados a transaccionar de forma directa com os chins.

Acerca da sua provável localização, segundo Winfield Digby, estas oficinas de tecelagem localizavam-se, muito provavelmente, em Macau e tomavam como modelo sedas portuguesas e espanholas⁵⁷ (de que são exemplo aquelas animadas pelo motivo da águia bicéfala, então tão apreciada e de que ainda na actualidade subsistem sobretudo como fragmentos). Contanto que também Charles Boxer assinale que «No fim do comércio do Japão em 1639, havia alguns tecelões chineses domiciliados em Macau»⁵⁸, e Digby considere como argumento favorável à sua teoria, o facto de António de Morga mencionar a vinda para Manila de «*camas y escritorios, silletas de estrado y otras piezas doradas curiosamente, hechas em Macau*»⁵⁹, infelizmente, não dispomos de informação que nos aponte no mesmo sentido para os centros de bordado sinoportuguês. Com efeito, não conseguimos, até à data, reunir elementos que nos confirmem este aspecto, até porque nos apercebemos que, perante a vocação da cidade, de essência mercantil-portuária, à excepção de algumas especialidades como a do metal e da pedra, os artesãos – mesmo os de origem chinesa – e os seus ofícios não dispunham de grande espaço

⁵⁵ Rafael MOREIRA, «As Formas Artísticas», in A. H. de Oliveira MARQUES (dir. de), *História dos Portugueses no Extremo Oriente – De Macau à Periferia*, 1.º vol., tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, p. 468.

⁵⁶ Verity WILSON, «Silk», in Craig CLUNAS (dir. de), *op. cit.*, p. 22.

⁵⁷ G. F. Wingfield DIGBY, «Some Silks Woven Under Portuguese Influence in the Far East», in *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, Londres, vol. LXXVII, 1940, Agosto, n.º 449, p. 60.

⁵⁸ Charles BOXER, *O Grande Navio de Amacau*, 4.ª ed., Lisboa, Fundação Oriente-Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, p. 5, nota 11.

⁵⁹ Antonio de MORGA, *Sucesos de las Islas Filipinas*, México, Samuel Estradanus, 1609, fl. 163v. As peças douradas mencionadas reportam-se decerto a peças de mobiliário.

de acção, muito pelo contrário; tanto assim que, em 1588⁶⁰, Macau recebeu foral idêntico ao de Évora, como nota Jorge Flores, «justamente porque na câmara dessa cidade os mesteirais não estavam representados»⁶¹.

Por outro lado, e mesmo partilhando a ideia de que muitas destas obras, tecidas ou bordadas, tenham sido manufacturadas pelas comunidades religiosas ali residentes – as quais integravam membros oriundos de diferentes nações, cujas capacidades, designadamente, as artísticas, lhes permitia a prática local de actividades como a pintura ou a arquitectura⁶² – não se nos afigura plausível que as mesmas pudessem assegurar toda a produção. Para esta nossa opinião concorre não só o volume de espécimes implicado, a diversidade das tipologias elencadas ou ainda as próprias características patenteadas pelo *corpus* inventariado, independentemente da sua finalidade religiosa ou civil.

Assim, mais do que Macau, Julgamos que estas oficinas se poderão ter concentrado em Cantão, aonde os portugueses se deslocavam com regularidade e dispunham da colaboração de agentes chineses, os queves, que não só comerciavam em nome dos mercadores particulares de Macau como, frequentemente, os financiavam nas suas transacções⁶³.

A garantia de que esta produção, nas suas múltiplas variantes, conquistava adeptos além-fronteiras e dispunha de escoamento terá certamente assegurado o seu paulatino desenvolvimento em termos officinais, atraindo artífices para este nicho de mercado, não obstante a sua maior ou menor aproximação ao perfil estético ocidental bem como a respectiva qualidade final do produto, nem todo de elevada categoria.

Estamos em crer que o sucesso de que se terá revestido a comercialização desta manufactura terá contribuído para a consolidação de parecerias no terreno entre os encomendadores, os agentes intermediários, e as lojas/oficinas de manufactura, permitindo a fidelização de clientes e de negócios de uns anos para os outros. Pensamos que nos dá disso testemunho um conjunto de cartas escritas pelo padre Francisco Cordes a Simão Esteves, prior da igreja de Santo Antão em Lisboa, acerca do fabrico e envio de uns

⁶⁰ BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA, cód. CV/2-7, *Relação do princípio que teve a cidade de Macau e como se sustenta até o presente*, fl. 75, publ. por Manuel TEIXEIRA, *Macau e a sua Diocese – O Culto a Maria*, vol. IX, Macau, Escola Tip. Salesiana, 1969, p. 421 (1629).

⁶¹ Jorge Manuel FLORES, «Macau: De surgidouro a cidade», in A. H. de Oliveira MARQUES (dir. de), *História dos Portugueses no Extremo Oriente – De Macau à periferia*, 1.º vol., tomo II, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 243.

⁶² Sobre o tema consulte-se a Parte III. Capítulo I do estudo de Alexandra Curvelo da Silva CAMPOS, *Nuvens Douradas e Paisagens Habitadas. A arte namban e a sua circulação entre a Ásia e a América: Japão, China e Nova-Espanha (c. 1550-c. 1700)*, tese de doutoramento em História da Arte apresentada ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007 (texto policopiado), a quem agradecemos o facto de nos ter facultado um exemplar.

⁶³ Rui d'Ávila LOURIDO, *op. cit.*, p. 158.

paramentos da China para aquele colégio jesuíta, no ano de 1734⁶⁴. Apesar do conjunto não evidenciar de forma explícita a sua manufactura e ulterior aquisição em Cantão, pelo seu conteúdo apercebemo-nos que, pelo menos, a sua compra ali se terá verificado porquanto nas contas enviadas para Lisboa, se incluem nas despesas, duas parcelas, uma «*Por direitos das cazulas, frontaes athe Macau*» e outra «*Por direitos pera Macao, por ser cor prohibida*»⁶⁵, esta última bem significativa, se ponderarmos a hipótese de se tratar de um paramento branco, uma cor que, na China, é conotada com o luto e, por isso, evitada na execução de grandes bordados na maior parte daquele país, excepto em Cantão, uma das poucas regiões onde era tolerada⁶⁶ e à qual, como sabemos, os portugueses tinham acesso.

A mesma correspondência facultou-nos ainda informações acerca do tipo de relacionamento existente entre encomendante e agente intermediário, ditado pela confiança mútua, como se infere da decisão de Cordes mandar fazer, além da «*encomenda das duas dalmaticas, capa de asperges, e veo de hombros*», duas outras capas de asperges, mesmo sem dispor de prata suficiente para o efeito⁶⁷; do mesmo modo somos informados acerca do *modus operandi* usado no terreno, ao tomarmos conhecimento do desaparecimento do molde que o prior «*tinha mandado para as Dealmaticas*» (ainda que fiquemos sem saber em que consistia), bem como a sua entrega a um chinês, a quem Cordes as havia encomendado⁶⁸ – o qual desconhecemos se seria um dos muitos queves que ali actuavam em nome dos portugueses ou já o artífice responsável pela execução do trabalho pretendido.

Tratava-se, afinal, de uma forma de rentabilizar o limitado tempo disponível para a aquisição de bens na feira de Cantão, sobretudo, quando encomendas, como era o caso, com directrizes que obrigavam não só a um maior dispêndio de tempo no seu fabrico como o acesso a coordenadas de trabalho.

⁶⁴ Trata-se de um pequeno *corpus* cujas cotas se encontram referidas por Fausto Sanches MARTINS, na sua tese *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*, vol. 1, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1994, pp. 481-482, nota 227 (texto polycopiado) e que foi por nós parcialmente transcrito e incluído no anexo documental da nossa dissertação de mestrado, com os números 13, 14 e 15.

⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Jesuítas*, Caixa 16, Maço 81.

⁶⁶ De acordo com Camman a adopção desta cor podia dever-se a aspectos climatéricos, uma vez que Cantão se situa numa região de clima tropical, ou como consequência da presença de populações árabes e persas que aí se fixaram durante a Idade Média, e deixaram como herança o gosto pelo branco – cf. Schuyler CAMMAN, «Chinese Influence in Colonial Peruvian Tapestries», in *Textile Museum Journal*, vol. 1, n.º 3, Dezembro de 1964, s/p.

⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Jesuítas*, Caixa 16, Maço 85.

⁶⁸ *Idem*.

Considerações finais

No seguimento do exposto, e no que à produção bordada respeita, estamos em crer (e esperamos vir a comprová-lo) que nunca houve uma manufactura verdadeiramente direccionada para o mercado e expectativas inglesas, como se verificou para o português, sendo que a conjugação de alguns aspectos para isso terá contribuído. Destes aspectos permitimo-nos destacar, o facto de, como assinalámos, os ingleses terem chegado e beneficiado mais tarde de condições propícias ao estabelecimento de relações comerciais com os chins; o pouco interesse que, aparentemente, manifestaram por produtos têxteis chineses acabados, ao invés daquele evidenciado pela seda chinesa em bruto. Refira-se que, ainda assim, o mesmo ficava muito aquém daquele demonstrado pela seda de Bengala (importada em muitíssimo maior quantidade) e sobretudo pelos espécimes têxteis provenientes da Índia⁶⁹ – como os denominados *callicoes* (algodões pintados) – país onde, afinal, a Inglaterra se havia conseguido impor de forma inolvidável e sem qualquer comparação com o que se havia verificado no Império do Meio.

Em contrapartida, e até à primeira metade de Seiscentos, Portugal não só beneficia de uma conjuntura interna que o elege como parceiro comercial da China nas suas relações com os países estrangeiros, como se estabelece no terreno de forma mais ou menos consolidada, definindo directrizes nalguns domínios artísticos, de que é exemplo a produção bordada, ao mesmo tempo que escoia a produção têxtil local para outras regiões, como o sudeste asiático (para países como as Filipinas e a Indonésia), o Japão e a Europa. Ora, foi também através de uma concessão formal dos portugueses em Macau que os ingleses encetaram o estabelecimento de relações comerciais directas com o Celeste Império, nomeadamente em 1637, após as tentativas frustradas da frota comandada pelo capitão John Weddel de desembarcar, primeiro em Macau, e chegar depois a Cantão, através do uso da força⁷⁰. Todos estes aspectos terão contribuído para que, pelo menos num primeiro momento, os ingleses tenham contactado e, presumimos, adquirido peças direccionadas para os lusos, já que foi através deles que se iniciaram nos circuitos comerciais existentes.

Gradualmente e face à hegemonia dos ingleses (e também dos holandeses) no comércio transatlântico estabelecido entre a China e a Europa, a manufactura que até então existira direccionada para o mercado português

⁶⁹ Como bem reflecte a quantidade de estudos publicados sobre os têxteis indianos, ao invés daqueles respeitantes aos têxteis chineses para a Europa, ou a observação de David Mitchell: «In England and France during the second half of the seventeenth century, there was an enthusiasm for imported Oriental goods, particularly Chinese porcelain, Japanese lacquer and Indian textiles.» – cf. David M. MITCHELL, «The Influence of Tartary and the Indies on Social Attitudes and Material Culture in England and France, 1650-1730», in Anna JOLLY (coord. de), *A Taste for the Exotic. Foreign influences on early Eighteenth-Century Silk Designs* (Riggisberger Berichte, 14), Riggisberg, Abegg-Stiftung, 2007, p. 11.

⁷⁰ Tien-Tsê CHANG, *op. cit.*, pp. 177-182.

ou que era por si controlada – pelo menos, até ao início do século XVIII – deu lugar a uma outra, de carácter internacional e compatível com a generalidade dos parâmetros estéticos à época vigentes nas diferentes nações europeias, inclusive em Portugal. Só assim conseguimos explicar a mudança que acompanha a maior parte das obras observadas, datáveis dos séculos XVIII e XIX, em termos técnico-materiais, em que o uso prolífero do fio de papel laminado dourado associado a pontos relevados, tão peculiar do bordado sinoportuguês, é praticamente substituído por um tipo de trabalho apenas assente no fio seda; ao mesmo tempo, e no que respeita às soluções plásticas que ostentam, os espécimes tornam-se mais homogêneos entre si, apresentando-se cada vez mais dominados pela temática floral, pelas borboletas e aves, já não de essência exótica ou autóctone, como os animais fantásticos que integram o bestiário chinês (como a fénix e o unicórnio, por exemplo) mas mais no âmbito dos repertórios europeus.